

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL  
NO RIO DE JANEIRO****DESPACHO DO SUPERINTENDENTE**

Em 23 de setembro de 2013

Processo: 46215.032030/2012-11 - À vista do Despacho da Seção de Relações do Trabalho, às fls. 33, e usando da competência que me foi delegada no Artigo 1º da Portaria SRT/MTE Nº 2, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União, de 30 de maio de 2006.

Homologo o Plano de Cargos e Salários do Corpo Administrativo da Companhia Nacional de Escolas da Comunidade - Unidade de Desenvolvimento Regional do Rio de Janeiro.

ANTÔNIO HENRIQUE DE ALBUQUERQUE FILHO

**Ministério dos Transportes****AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES  
TERRESTRES  
DIRETORIA****RESOLUÇÃO Nº 4.165, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013**

Arquiva o Processo Administrativo instaurado para apurar irregularidades supostamente praticadas pela empresa Miragem Turismo Ltda.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DNM - 138, de 20 de setembro de 2013, e no que consta do Processo nº 50510.005442/2008-26, resolve:

Art. 1º Arquivar o Processo Administrativo instaurado para apurar irregularidades supostamente praticadas pela empresa Miragem Turismo Ltda.

Art. 2º Comunicar a decisão à sociedade Miragem Turismo Ltda. e ao órgão denunciante.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS  
Diretor-Geral  
Em exercício

**DELIBERAÇÃO Nº 249, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013**

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCN - 141, de 20 de setembro de 2013, e no que consta do Processo nº 50500.105397/2013-95, delibera:

Art. 1º Encaminhar ao Exm.º Senhor Ministro de Estado dos Transportes a proposta de Declaração de Utilidade Pública de imóveis adjacentes à Rodovia BR-376/PR, abrangidos e delimitados pelas coordenadas topográficas descritas nas plantas e nos memoriais descritivos constantes do referido processo, situados no município de Tijuca do Sul, no estado do Paraná, necessários à execução das obras de implantação de Posto da Polícia Rodoviária Federal - PRF no km 662+000m, na Pista Sul da Rodovia BR-376/PR.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS  
Diretor-Geral  
Em exercício

**DELIBERAÇÃO Nº 252, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013**

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DJB - 073, de 17 de setembro de 2013;

CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 24, VIII, 26, VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; nos arts. 3º, IX e XXII, e 5º, VII, do anexo do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; e as manifestações das áreas técnica e jurídica procedidas nos autos do Processo nº 50500.031528/2009-12, delibera:

Art. 1º Conhecer o Recurso interposto pela Autopista Litoral Sul S/A e, no mérito, negar-lhe provimento, julgando improcedentes os argumentos trazidos, conforme fundamentado nos autos do processo em epígrafe.

Art. 2º Manter a penalidade de multa, nos termos da Decisão nº 018/2011/SUINF, no patamar de 100 (cem) URT, atualizando o valor para 170.000,00 (cento e setenta mil reais), em conformidade com o Contrato de Concessão nº 03/2007 e a Resolução 4.034, de 15 de fevereiro de 2013.

Art. 3º Autorizar a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF, em caso de não quitação da multa, pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias previsto na Resolução nº 2.689/2008, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme o Contrato de Concessão - Edital nº 03/2007.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS  
Diretor-Geral  
Em exercício

**SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO  
DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA****PORTARIA Nº 159, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013**

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo nº 50515.123330/2013-73, resolve:

Art. 1º Aprovar o Instrumento Particular de Cessão de Imagens firmado entre a Autopista Litoral Sul S/A e a TV Cidade dos Príncipes Ltda., visando à cessão de imagens das Rodovias BR-116/PR, BR-376/PR e BR-101/SC, trecho Curitiba/PR - Florianópolis/SC e seus acessos, nos termos previstos na Resolução ANTT nº 2.064/2007, de 05 de junho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

**Conselho Nacional do Ministério Público****PAUTA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA  
DE 7 DE OUTUBRO DE 2013**

Dia: 07/10/2013  
Hora: 14 horas  
Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público - Setor de Administração Federal Sul  
Quadra 2, Lote 3 - Brasília-DF

**PAUTA DESTA SESSÃO**

1) Aprovação das Atas da 14ª Sessão Ordinária (17/09/2013) e da 15ª Sessão Ordinária (23/09/2013).

**Processos com vista regimental cancelada, em razão de fim de mandato**

- 2) Processo: 0.00.000.000732/2011-61 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins  
Advogado: Roger de Mello Ottano - OAB/TO nº 4.155  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente Processo Disciplinar, para aplicar a pena de suspensão por 60 (sessenta) dias, em face de membro do Ministério Público do Estado de Tocantins.  
Relator(a): Cons. Walter de Agra Júnior (Relator anterior: Cons. Adilson Gurgel)  
Origem: Distrito Federal
- 3) Processo: 0.00.000.001530/2012-17 (Pedido de Avocação)  
Requerente: Antônio Alexandre da Silva  
Requerido: Ministério Público do Estado do Mato Grosso  
Assunto: Pedido de Avocação do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/PGJ-1998 e do Procedimento Administrativo 000015-01/2006, que tramitam no Ministério Público do Estado do Mato Grosso.  
Relator(a): Cons. Leonardo de Farias Duarte (Relator anterior: Cons. Adilson Gurgel)  
Origem: Mato Grosso

**Processos com Pedidos de Vista**

Pedido de vista no dia 27/06/2012

- 4) Processo: 0.00.000.001398/2011-62 (Procedimento de Controle Administrativo) (Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.001378/2011-91)  
Requerentes: Procuradores Regionais do Trabalho: Andrea Ehlke, Egle Rezek, José Valdir Machado, Laura Martins Maia de Andrade, Marisa Marcondes Monteiro, Paulo Cesar de Moraes Gomes e Sandra Borges de Medeiros;  
Procuradores do Trabalho: Daniel Augusto Gaiotto, Lídia Mendes Gonçalves e Maria Beatriz Almeida Brandt.  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Assunto: Requer a sustação de ato da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, que visa à implementação de rodízio compulsório entre as Coordenadorias de 1º e 2º graus, com retirada compulsória dos procedimentos e ações judiciais distribuídos livremente aos Procuradores e ainda não finalizados.  
Relator(a): Cons. Claudio Henrique Portela do Rego (Relatora anterior: Cons. Claudia Chagas)  
Origem: São Paulo  
Vista: Cons. Alessandro Tramujas Assad  
Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

Pedidos de vista no dia 14/03/2013

- 5) Processo: 0.00.000.000712/2011-90 (Recurso Interno) (Julgamento Conjunto com o Processo CNMP nº 0.00.000.000971/2011-11)  
Recorrente: Roberto Antônio Dassié Diana - Procurador da República  
Assunto: Recurso Interno interposto no procedimento administrativo CNMP nº 0.00.002.000076/2011-86, referente ao requerimento de pagamento de diferença de subsídio correspondente ao cargo de Subprocurador-Geral da República.  
Relator(a): Cons. Esdras Dantas de Souza (Relator anterior: Cons. Almino Afonso)  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Mario Luiz Bonsaglia
- 6) Processo: 0.00.000.000400/2012-67 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerentes: Guilherme Vieira de Castro - Promotor de Justiça  
João Paulo Pedrosa Barbosa - Promotor de Justiça  
Oscar Ricardo de Andrade Nóbrega - Promotor de Justiça  
Vanessa Cavalcanti de Araújo - Promotora de Justiça  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Assunto: Visa à anulação de ato administrativo do Ministério Público do Estado de Pernambuco quanto à aparente ilegalidade na publicação de editais de promoção de membros do Parquet. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Esdras Dantas de Souza (Relator anterior: Cons. Almino Afonso)  
Origem: Pernambuco  
Vista: Cons. Jarbas Soares Júnior

Pedido de vista no dia 23/04/2013

- 7) Processo: 0.00.000.000013/2012-21 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerente: Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul - FAMA-SUL  
Advogados: Gustavo Passarelli da Silva - OAB/MS nº 7.602  
Jayme Neves Neto - OAB/MS nº 11.484  
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Mato Grosso do Sul  
Assunto: Requer a sustação da Recomendação nº 09/2010, proferida pela Procuradoria da República no Município de Dourados/MS, a qual determina a diversas instituições financeiras o não financiamento de produtores rurais que ocupam áreas indígenas.  
Relator(a): Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)  
Origem: Mato Grosso do Sul  
Vista: Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior  
Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho  
Cons. Alessandro Tramujas Assad

Pedidos de vista no dia 22/05/2013

- 8) Processo: 0.00.000.000738/2011-38 (Pedido de Providências)  
Requerentes: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB  
Hélia Maria de Oliveira Bettero - Procuradora-Geral da União  
Marcelo de Siqueira Freitas - Procurador-Geral Federal  
Assunto: Solicita providências acerca dos limites da utilização de ameaças de responsabilização pessoal nas recomendações feitas pelos membros do Ministério Público.  
Relator(a): Cons. Esdras Dantas de Souza (Relator anterior: Cons. Almino Afonso)  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Cons. Jarbas Soares Júnior  
Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior



## Pedido de Vista no dia 30/07/2013

- 9) Processo: 0.00.000.001352/2012-24 (Procedimento de Controle Administrativo)  
 Requerente: Ailton José da Silva - Presidente da ANMPM  
 Alexandre Camanho de Assis - Presidente da ANPR  
 Antônio Marcos Dezan - Presidente da AMPDFT  
 Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - AMPDFT  
 Associação Nacional do Ministério Público Militar - ANMPM  
 Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR  
 Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT  
 Carlos Eduardo de Azevedo Lima - Presidente da ANPT  
 José Robalinho Cavalcanti - Vice-Presidente da ANPR  
 Requerido: Ministério Público da União  
 Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.  
 Relator(a): Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)  
 Origem: Distrito Federal  
 Vista: Cons. Alessandro Tramuja Assad  
 Cons. Jarbas Soares Júnior  
 Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior

## Pedidos de Vista no dia 06/08/2013

- 10) Processo: 0.00.000.000703/2012-80 (Pedido de Providências)  
 Requerente: Benedito Torres Neto - Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás  
 Assunto: Requer esclarecimentos deste Conselho Nacional acerca de dúvida suscitada na aplicação do art. 6º, I, "f" e "h", da Resolução CNMP nº 09/2006, referente à base de cálculo a ser considerada no pagamento de férias não gozadas ou licenças-prêmio convertidas em pecúnia.  
 Relator(a): Cons. Leonardo de Farias Duarte (Relatora anterior: Cons. Taís Ferraz)  
 Origem: Goiás  
 Vista: Cons. Jarbas Soares Júnior
- 11) Processo: 0.00.000.000871/2012-75 (Pedido de Providências) (Julgamento Conjunto com o Processo CNMP n.º 0.00.000.001390/2012-87)  
 Requerente: Mauri Valentim Ricciotti - Corregedor-Geral do Ministério Público/MS  
 Assunto: Trata-se de consulta a respeito da participação dos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul nos Conselhos Governamentais e não governamentais, na qualidade de membro.  
 Relator(a): Cons. Antônio Pereira Duarte (Relatora anterior: Cons. Maria Ester)  
 Origem: Mato Grosso do Sul  
 Vista: Cons. Jarbas Soares Júnior  
 Cons. Mario Luiz Bonsaglia
- 12) Processo: 0.00.000.001328/2012-95 (Pedido de Providências)  
 Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil  
 Advogados: Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior - OAB/DF nº 16.275  
 Ophir Filgueiras Cavalcante Júnior - OAB/PA nº 3.259  
 Ráfael Barbosa de Castilho - OAB/DF nº 19.979  
 Bruno Matias Lopes - OAB/DF nº 31.490  
 Roberta Franco de Souza Reis Pinto - OAB/DF nº 26.060  
 Assunto: Requer a realização de auditoria e inspeção nos sistemas de escuta e monitoramento denominado "Guardião", adquiridos por órgãos do Ministério Público Estadual e Federal, bem como a análise dos respectivos processos de licitação e aquisição, condições de uso e sua aplicabilidade.  
 Relator(a): Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)  
 Origem: Distrito Federal  
 Vista: Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
 Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior  
 Cons. Alessandro Tramuja Assad  
 Cons. Jarbas Soares Júnior

## Pedidos de Vista em 07/08/2013

- 13) Processo: 0.00.000.001466/2012-74 (Embargos de Declaração) (Aposos: Processos CNMP N.º 0.00.000.001545/2012-85; 0.00.000.000262/2013-05 e 0.00.000.000505/2013-05)  
 Embargante: Kleber Borges Martins Ferreira  
 Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou parcialmente procedente Procedimento de Controle Administrativo.  
 Relator(a): Cons. Walter de Agra Júnior (Relator anterior: Cons. Adilson Gurgel)  
 Origem: Distrito Federal  
 Vista: Cons. Mario Luiz Bonsaglia
- 14) Processo: 0.00.000.000838/2013-26 (Proposição)  
 Proponente: Conselheiro Almino Afonso Fernandes  
 Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a obrigatoriedade na apresentação de declaração de rendas e bens pelos membros do Ministério Público.  
 Relator(a): Cons. Alexandre Berzosa Saliba (Relator anterior: Cons. Lázaro Guimarães)  
 Origem: Distrito Federal  
 Vista: Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
 Cons. Alessandro Tramuja Assad

## Pedido de Vista em 23/09/2013

- 15) Processo: 0.00.000.000931/2012-50 (Pedido de Providências)  
 Requerente: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT  
 Interessados: Carlos Eduardo de Azevedo Lima - Presidente da ANPT  
 Daniela de Moraes do Monte Varandas - Vice-Presidente da ANPT  
 Requerido: Ministério Público da União  
 Assunto: Requer providências para que a Administração do Ministério Público da União efetue o pagamento do auxílio moradia, previsto no art. 227, VIII, da Lei Complementar nº 75/93, por tempo indeterminado, abstendo-se a referida Administração de interromper tal pagamento com fundamento no art. 6º, IX, da Portaria PGR nº 484/2006.  
 Relator(a): Cons. Walter de Agra Júnior  
 Origem: Distrito Federal  
 Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
 Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior  
 Cons. Antônio Pereira Duarte

## Processos Remanescentes

Incluído na pauta da 9ª Sessão Ordinária (20/09/2011)

- 16) Processo: 0.00.000.000131/2011-58 (Revisão de Processo Disciplinar)  
 Requerente: Beatriz Leal de Oliveira  
 Advogados: Handerson S. Murtha - OAB/RJ 85.117  
 José Murta Ribeiro Neto - OAB/RJ 102.138  
 Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

- Assunto: Revisão de Processo Disciplinar que tramitou no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, aplicando pena de suspensão.  
 Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
 Origem: Rio de Janeiro

Incluído na pauta da 11ª Sessão Ordinária (29/11/2011)

- 17) Processo: 0.00.000.001012/2011-12 (Pedido de Providências)  
 Requerente: Geraldo Henrique Alves  
 Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
 Assunto: Requer providências junto ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em relação à adoção de medidas cabíveis a programar plantão de Promotores de Justiça na Comarca de Juiz de Fora/MG, visando ao atendimento necessário à população.  
 Relator(a): Cons. Leonardo de Farias Duarte  
 Origem: Minas Gerais

Incluído na pauta da 1ª Sessão Ordinária (31/01/2012)

- 18) Processo: 0.00.000.000038/2010-62 (Procedimento de Controle Administrativo)  
 Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
 Requerido: Ministério Público Militar  
 Assunto: Visa analisar a adequação, no âmbito do Ministério Público Militar, do programa de estágio a estudantes, em conformidade com as disposições gerais da Resolução CNMP nº 42/2009.  
 Relator(a): Cons. Jefferson Luiz Pereira Coelho  
 Origem: Distrito Federal

Incluído na pauta da 2ª Sessão Ordinária (28/02/2012)

- 19) Processo: 0.00.000.002178/2010-75 (Recurso Interno)  
 Recorrente: Roberto Marcelino Sales  
 Advogado: Ricardo Ponzetto - OAB/SP nº 126.245 (Ponzetto Advogados Associados - OAB/SP nº 8.860)  
 Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo  
 Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.  
 Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
 Origem: São Paulo

Incluído na pauta da 5ª Sessão Ordinária (15/05/2012)

- 20) Processo: 0.00.000.001209/2009-37 (Revisão de Processo Disciplinar)  
 Requerente: Conectas Direitos Humanos  
 Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
 Assunto: Pedido de Revisão de Processo Administrativo Disciplinar nº 2.358/09 - CGMP  
 Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
 Origem: São Paulo

Incluído na pauta da 8ª Sessão Ordinária (28/08/2012)

- 21) Processo: 0.00.000.000535/2011-41 (Embargos de Declaração)  
 Embargante: Maurício Vicente Silvério  
 Advogado: Benedito Hilário de Melo - OAB/AC nº 2058  
 Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que negou provimento ao Recurso Interno.  
 Relator(a): Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
 Origem: São Paulo

Incluído na pauta da 9ª Sessão Ordinária (25/09/2012)

- 22) Processo: 0.00.000.000080/2011-64 (Procedimento de Controle Administrativo)  
 Requerentes: Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto - Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas  
 Antígenes Marques de Lira - Corregedor-Geral Substituto  
 Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas  
 Assunto: Visa à revisão de decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas em processo de concessão de aposentadoria compulsória por invalidez requerida por Promotor de Justiça.  
 Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
 Origem: Alagoas

Incluídos na pauta da 11ª Sessão Ordinária (20/11/2012)

- 23) Processo: 0.00.000.001558/2010-92 (Procedimento de Controle Administrativo)  
 Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro  
 Requerido: Ministério Público do Estado do Tocantins  
 Assunto: Visa levantar informações detalhadas acerca do pagamento de remunerações aos membros e servidores do Ministério Público do Estado do Tocantins.  
 Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
 Origem: Distrito Federal

- 24) Processo: 0.00.000.000878/2012-97 (Recurso Interno)  
 Recorrente: Vitor Moreira da Fonseca - Promotor de Justiça  
 Recorrido: Procuradoria Regional Eleitoral - Ministério Público Federal no Estado do Amazonas  
 Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que indeferiu pedido de liminar em Procedimento de Controle Administrativo.  
 Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
 Origem: Amazonas

- 25) Processo: 0.00.000.001169/2012-29 (Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho)  
 Requerente: Marco Antônio Delfino de Almeida - Procurador da República  
 Requerido: Ministério Público Federal  
 Assunto: Requer a determinação do pagamento do adicional de tempo de serviço referente aos meses de janeiro a setembro de 2006, com os devidos acréscimos legais, conforme decisão proferida no processo CNMP nº 0.00.000.000775/2007-60. Pedido de liminar.  
 Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
 Origem: Mato Grosso do Sul

Incluídos na pauta da 12ª Sessão Ordinária (11/12/2012)

- 26) Processo: 0.00.000.000135/2010-55 (Procedimento de Controle Administrativo)  
 Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
 Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

- Assunto: Visa apurar a legalidade das despesas efetuadas pelo Fundo Especial de Modernização do Ministério Público do Estado do Piauí (FMMP/PI), nos anos de 2008/2009, com encaminhamento, ao Procurador-Geral da República, da lei de sua criação, para análise de sua constitucionalidade - ref. fl. 145 (pg. 143 do Relatório Conclusivo da Inspeção).
- Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Distrito Federal
- 27) Processo: 0.00.000.001078/2012-93 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Assunto: Visa ao acompanhamento e à fiscalização, no âmbito do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, do cumprimento da legislação relativa ao acesso à informação, conforme disposto na Resolução CNMP nº 89/2012.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Distrito Federal
- Incluído na pauta da 1ª Sessão Extraordinária (30/01/2013)
- 28) Processo: 0.00.000.000330/2010-85 (Recurso Interno)  
Recorrente: Cid Leonardo Silva  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Espírito Santo
- Incluído na pauta da 2ª Sessão Ordinária (26/02/2013)
- 29) Processo: 0.00.000.000151/2012-18 (Pedido de Providências) (Apenso: Processo CNMP n.º 0.00.000.000652/2008-18)  
Requerente: Fernando Grella Vieira - Procurador de Justiça do Estado de São Paulo  
Assunto: Requer providências para assegurar aos membros do *parquet* paulista a fruição de direitos assegurados pela Lei Orgânica do Ministério Público Estadual, ou seja, a remuneração por gratificação, e sua substituição por compensação, pela prestação de serviços de natureza especial nos plantões judiciais.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: São Paulo
- 30) Processo: 0.00.000.000574/2012-20 (Pedido de Providências)  
Requerente: Benjamin Zymler - Presidente do Tribunal de Contas da União  
Assunto: Cópia do acórdão proferido pelo Tribunal de Contas da União no processo TC 028.017/2009-5, para ciência e orientação junto às unidades jurisdicionadas por este Conselho Nacional.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Distrito Federal
- 31) Processo: 0.00.000.000689/2012-14 (Pedido de Providências)  
Requerente: Tribunal de Contas da União  
Assunto: Encaminha cópia do Acórdão TCU-Plenário nº 1793/2011, proferido no processo nº TC 011.653/2010-2, que faz recomendações referentes ao aperfeiçoamento do sistema de registros de dados da Administração Pública Federal.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Distrito Federal
- Incluído na pauta da 3ª Sessão Ordinária (13/03/2013)
- 32) Processo: 0.00.000.001661/2011-13 (Recurso Interno)  
Recorrente: Tenente Coronel Dejar Lopes - Comandante do 10º Batalhão de Polícia Militar do Espírito Santo  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Espírito Santo
- 33) Processo: 0.00.000.001088/2012-29 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Assunto: Visa ao acompanhamento e à fiscalização, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, do cumprimento da legislação relativa ao acesso à informação, conforme disposto na Resolução CNMP nº 89/2012.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Distrito Federal
- Incluído na pauta da 4ª Sessão Ordinária (23/04/2013)
- 34) Processo: 0.00.000.000489/2012-61 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerente: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT  
Interessados: Carlos Eduardo de Azevedo Lima - Vice-Presidente da ANPT  
Sebastião Vieira Caixeta - Presidente da ANPT  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Assunto: Requer a desconstituição e a sustação da divulgação dos relatórios de correição das Procuradorias Regionais do Trabalho da 1ª, 3ª, 5ª e 15ª Regiões, para determinar que outros sejam feitos com a objetivação dos fatos relatados e com a supressão de quaisquer advertências ou censuras. Pedido de Liminar.  
Relator(a): Cons. Alexandre Berzosa Saliba  
Origem: Distrito Federal
- 35) Processo: 0.00.000.000876/2012-06 (Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho) (Apenso: Processo CNMP n.º 0.00.000.000820/2012-81)  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Assunto: Visa apurar possível descumprimento, pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, da decisão plenária deste Conselho Nacional, exarada no Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000820/2010-81, concernente ao disposto na Resolução CNMP nº 23/2007.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Distrito Federal
- 36) Processo: 0.00.000.001061/2012-36 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Assunto: Requer o controle de ato administrativo do Ministério Público do Estado do Paraná, que preteriu candidata convocada para assumir a vaga de estágio, na qual foi classificada, diante da possível alegação de falta de idoneidade moral.  
Relator(a): Cons. Jefferson Luiz Pereira Coelho  
Origem: Paraná
- 37) Processo: 0.00.000.001062/2012-81 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerente: Erick Leonel Barbosa da Silva  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Assunto: Requer a revisão de ato administrativo do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Paraná, de forma a permitir ao requerente pleitear promoção a uma Comarca de entrância intermediária, com opção de permanecer na atual lotação.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Paraná
- 38) Processo: 0.00.000.001151/2012-27 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerente: Simone Rodrigues Borba Paim - Promotora de Justiça  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Assunto: Requer a revisão de ato administrativo do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Paraná, de forma a permitir ao requerente pleitear promoção a uma Comarca de entrância intermediária, com opção de permanecer na atual lotação, em Mandaguáçu, no Paraná, Comarca que passou a integrar a Região Metropolitana de Maringá, no Paraná, tendo sido elevada à entrância final.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Paraná
- Incluído na pauta da 6ª Sessão Ordinária (21/05/2013)
- 39) Processo: 0.00.000.001364/2011-78 (Avocação)  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Assunto: Trata-se de pedido de avocação do Procedimento Administrativo Disciplinar MP nº 2.558/11 e da Sindicância Administrativa MP nº 2.599/11, ambos em tramitação na Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Brasília
- 40) Processo: 0.00.000.001358/2012-00 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerente: Samy Staretz  
Advogado: Gedíael Cordeiro Leite - OAB/DF nº 27.004  
Requerido: Ministério Público Federal  
Assunto: Requer vistas e cópias do Processo Administrativo nº 1.00.000.013252/2009-90, que se encontra em poder do Secretário de Gestão de Pessoas da Procuradoria-Geral da República no Distrito Federal, pedido formulado no dia 16/10/2012. Pedido de Liminar.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Distrito Federal
- 41) Processo: 0.00.000.000196/2013-65 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerente: Ricardo Quantal Coutinho Filho  
Assunto: Requer a revisão da Decisão proferida nos autos do Procedimento Administrativo nº 0.00.002.000041/2011-47, para determinar a conversão em pecúnia de 08 dias de férias não gozadas, referentes ao exercício de 2009, pagos a título de indenização, sem incidência de imposto de renda.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Distrito Federal
- Incluído na pauta da 8ª Sessão Ordinária (19/06/2013)
- 42) Processo: 0.00.000.000016/2008-88 (Processo Administrativo Disciplinar)  
Requerente: Superintendência Geral da Polícia Civil do Estado  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe  
Assunto: Processo administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado de Sergipe - Comarca de Lagarto.  
Relator(a): Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Sergipe
- 43) Processo: 0.00.000.000109/2011-16 (Proposição)  
Proponente: Bruno Dantas - Conselheiro  
Assunto: Proposta de resolução, com vistas a oficializar, no âmbito do Ministério Público Brasileiro, a obrigatoriedade de que a análise dos processos seja feita em ordem cronológica, devendo, ainda, ser disponibilizada no sítio oficial da instituição e afixada em local público, relação contendo a listagem dos feitos seguindo a mencionada ordem.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Distrito Federal
- 44) Processo: 0.00.000.000299/2011-63 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro  
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba  
Assunto: Visa apurar as informações prestadas pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, nos relatórios de inspeção e nas decisões proferidas acerca das contas da Administração do Ministério Público Estadual, a partir do ano de 2005.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Distrito Federal
- 45) Processo: 0.00.000.001065/2011-33 (Procedimento Avocado) (Apenso: Processo CNMP n.º 0.00.000.001427/2010-13)  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Assunto: Processo administrativo disciplinar nº 311021 contra membro do Ministério Público do Estado do Amazonas.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Amazonas
- 46) Processo: 0.00.000.001673/2011-48 (Recurso Interno)  
Recorrente: Associação Frutos da Terra Brasil - AFTB  
Advogados: Ricardo Aguilar Perez - OAB/SP n.º 195.449  
Walter Teixeira Costa - OAB/RJ n.º 126.303  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.  
Relator(a): Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Origem: Rio de Janeiro
- 47) Processo: 0.00.000.001224/2012-81 (Processo Administrativo Disciplinar)  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará  
Assunto: Processo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Ceará.  
Relator(a): Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal
- 48) Processo: 0.00.000.000479/2013-15 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerente: Faílde Soares Ferreira de Mendonça - Promotora de Justiça/AL  
Advogado: Fábio Barbosa Maciel - OAB/AL nº 7.147  
Requerido: Ministério Público Federal



Assunto: Requer a reforma da decisão do Procurador Regional Eleitoral no Estado de Alagoas, exarada nos autos do Procedimento Administrativo nº 1.11.000.001304/2012-05, que determinou a revogação da designação de membro do Ministério Público do referido Estado, para atuar na função eleitoral. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Alagoas

49) Processo: 0.00.000.000533/2013-14 (Proposição)  
Proponente: Conselheiro Luiz Moreira Gomes Júnior  
Assunto: Proposta de Emenda Regimental que visa alterar o art. 13, inciso V e art. 24, inciso I, do RICNMP.  
Relator(a): Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 10ª Sessão Ordinária (30/07/2013)

50) Processo: 0.00.000.000741/2011-51 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerente: Martha Gonzalez  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Assunto: Requer que seja determinada cópia dos autos do protocolo nº 4242/2006, inclusive com a cópia do parecer da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Amazonas

51) Processo: 0.00.000.000059/2012-40 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerente: José Claudio Monteiro de Brito Filho - Procurador Regional do Trabalho/PA  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Assunto: Requer o controle de atos exarados pelo Procurador-Geral do Trabalho, quanto à negativa de concessão de aposentadoria com proventos integrais, conforme art. 40, §1º, inciso I, da Constituição Federal, e em relação ao reajuste de seus proventos de forma proporcional, em ofensa ao art. 15 da Lei nº 10.887/04, que rege os reajustes de membro do Ministério Público da União aposentado por invalidez.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Pará

52) Processo: 0.00.000.000514/2012-15 (Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho) (Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.000165/2010-61)  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
Assunto: Requer a apuração do cumprimento, junto ao Ministério Público do Estado do Piauí, da decisão exarada no Procedimento de Controle Administrativo CNMP 0.00.000.000165/2010-61.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Distrito Federal

53) Processo: 0.00.000.000652/2012-96 (Recurso Interno)  
Recorrente: Wallace Pimentel  
Recorrido: Membros do Ministério Público do Estado de Tocantins  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar em face de membros do Ministério Público do Estado de Tocantins.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Tocantins

54) Processo: 0.00.000.000827/2012-65 (Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho)  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Assunto: Visa apurar o cumprimento da decisão exarada na Revisão de Processo Disciplinar CNMP nº 0.00.000.001525/2009-17.  
Relator(a): Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Paraná

55) Processo: 0.00.000.001354/2012-13 (Revisão de Processo Disciplinar)  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Assunto: Pedido de Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 004/2011, que tramitou no Ministério Público do Estado do Paraná.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Distrito Federal

56) Processo: 0.00.000.000068/2013-11 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará  
Interessado: Francisco Antônio Távora Colares - Presidente SINSEMPECE  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Assunto: Requer o afastamento da obrigatoriedade da Portaria nº 69/2013, do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará, que regulamentou o plantão ministerial em fins de semana e feriados, determinando que somente com a observância da Lei Estadual nº 14.043/07 se possa exigir a presença de Servidores nos referidos plantões. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho  
Origem: Ceará

57) Processo: 0.00.000.000440/2013-90 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerente: Thays Mattos Melo  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Assunto: Requer a apuração de possíveis irregularidades encontradas na seleção e credenciamento de estagiários para o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, que, supostamente, tem utilizado favorecimento pessoal e falta de lisura nesses atos de seleção.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Santa Catarina

58) Processo: 0.00.000.000656/2013-55 (Proposição)  
Proponente: Conselheira Taís Schilling Ferraz  
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a atuação de membros do Ministério Público como órgãos intervenientes nos processos judiciais em que se requer autorização para trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos, bem como traça parâmetros de proteção na excepcional hipótese de trabalho infantil artístico.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 14ª Sessão Ordinária (17/09/2013)

59) Processo: 0.00.000.001406/2011-71 (Recurso Interno)  
Recorrente: Sandra Maria Macedo Vieira dos Santos  
Advogado: Stella Malcher de Macedo Vieira - OAB/RJ n.º 36291  
Recorrido: Ministério Público do Trabalho

Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Rio de Janeiro

60) Processo: 0.00.000.001214/2012-45 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerente: Sócrates de Souza - Procurador de Justiça/ES  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Assunto: Requer a suspensão dos efeitos da decisão proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, nos autos do Recurso Administrativo MP-ES nº 27.394/2012, interposto nos autos do Processo MP-ES nº 19.705/2012. Pedido de Liminar.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Espírito Santo

61) Processo: 0.00.000.001291/2012-03 (Recurso Interno)  
Recorrente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Goiás - SINDSEMP  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Processo Disciplinar MP/GO nº 2010.000.9663, que tramitou no âmbito do Ministério Público do Estado de Goiás.  
Relator(a): Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Goiás

62) Processo: 0.00.000.001439/2012-00 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Corregedoria do Ministério Público do Trabalho  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente Avoação.  
Relator(a): Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Distrito Federal

63) Processo: 0.00.000.000028/2013-70 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)  
Requerente: Leandro da Conceição Benício  
Requerido: Procuradoria Geral da República/Ministério Público Federal  
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público Federal em dar andamento a processo de Habeas Corpus, com réu preso, nº 254720, que se encontra pendente de providências desde outubro de 2012.  
Relator(a): Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Pernambuco

64) Processo: 0.00.000.000076/2013-68 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerente: Mario Cesar Cardoso  
Requerido: Procuradoria Geral da República/Ministério Público Federal  
Assunto: Requer a verificação de suposta irregularidade na exoneração de funcionário contratado pelo Ministério Público Federal, na forma autorizada pelo Decreto nº 77.242/76, bem como a reintegração ao quadro de pessoal da PGR/MPF, de acordo com a Decisão exarada no processo CNMP nº 0.00.000.001070/2011-46.  
Relator(a): Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal

65) Processo: 0.00.000.000326/2013-60 (Recurso Interno) (Apenso: Processos CNMP nº 0.00.000.000327/2013-12, 0.00.000.000875/2012-53 e 0.00.000.000930/2012-13)  
Recorrente: Membro do Ministério Público de Goiás  
Recorrido: Conselho Nacional do Ministério Público  
Assunto: Recurso Interno interposto contra despacho que rejeitou preliminares suscitadas em defesa prévia apresentada pelo requerido.  
Relator(a): Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Origem: Distrito Federal

66) Processo: 0.00.000.000803/2013-97 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Energia Sustentável do Brasil S.A.  
Advogados: Rodrigo Bittencourt Mudrovitsch - OAB/DF nº 26.966  
George Andrade Alves - OAB/SP nº 250016  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou improcedente Revisão de Processo Disciplinar.  
Relator(a): Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Rondônia

67) Processo: 0.00.000.000963/2013-36 (Recurso Interno)  
Recorrente: Edmilson Wesley Franco  
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: São Paulo

Processos desta Sessão (07/10/2013)

68) Processo: 0.00.000.001536/2010-22 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro  
Requerido: Ministério Público do Estado de Rio Grande do Norte  
Assunto: Visa levantar informações detalhadas acerca do pagamento de remunerações aos membros e servidores do Ministério Público do Estado de Rio Grande do Norte.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Distrito Federal

69) Processo: 0.00.000.001857/2010-27 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Servidora do Ministério Público do Estado do Amazonas  
Advogados: Rubenito Cardoso da Silva Júnior - OAB/AM nº 4.947  
Jorge Alberto Mendes Junior - OAB/AM nº 3.000  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou parcialmente procedente Processo Administrativo Avocado.  
Relator(a): Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Origem: Amazonas

70) Processo: 0.00.000.002183/2010-88 (Recurso Interno)  
Recorrente: Luiz Eduardo Auricchio Bottura  
Recorrido: Membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Assunto: Recurso interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.  
Relator(a): Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Mato Grosso do Sul

71) Processo: 0.00.000.000756/2011-10 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba

- Assunto: Visa apurar a legalidade de pagamentos de vantagens pessoais feitos pelo Ministério Público do Estado da Paraíba, em período posterior à entrada em vigor da Lei Complementar nº 058/2003. (Relatório de Inspeção do Ministério Público do Estado da Paraíba - fls. 200)  
Relator(a): Cons. Alexandre Berzosa Saliba  
Origem: Distrito Federal
- 72) Processo: 0.00.000.000816/2011-02 (Processo Administrativo Disciplinar)  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas  
Assunto: Processo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado de Alagoas.  
Relator(a): Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Distrito Federal
- 73) Processo: 0.00.000.001372/2011-14 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Assunto: Requer a verificação de possíveis irregularidades no processo de provimento de vagas previstas em concurso regido pelo Edital PROCARE nº 002/2011, organizado pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo.  
Relator(a): Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Espírito Santo
- 74) Processo: 0.00.000.001441/2011-90 (Pedido de Providências)  
Requerente: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT  
Interessados: Carlos Eduardo de Azevedo Lima - Vice-Presidente da ANPT  
Sebastião Vieira Caixeta - Presidente da ANPT  
Assunto: Consoante Recomendação constante dos relatórios de inspeção deste Conselho Nacional, acerca da necessidade de diminuir a disparidade de recursos humanos constatada entre os ramos do Ministério Público da União, requer providências que garantam a alocação dos recursos orçamentários, para que seja alcançado um critério de proporcionalidade no provimento dos cargos e funções criados pela lei nº 1.321/2010.  
Relator(a): Cons. Alexandre Berzosa Saliba  
Origem: Distrito Federal
- 75) Processo: 0.00.000.001724/2011-31 (Recurso Interno)  
Recorrentes: Procuradoria Geral da União  
Procuradoria Geral Federal  
Interessados: Helia Maria Bettero - Procuradora-Geral da União  
Marcelo de Siqueira Freitas - Procurador-Geral Federal  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar em face de membro do Ministério Público Federal.  
Relator(a): Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Pará
- 76) Processo: 0.00.000.000152/2012-54 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Luiz Ivan Cunha Oliveira  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou improcedente Procedimento de Controle Administrativo.  
Relator(a): Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Acre
- 77) Processo: 0.00.000.000735/2012-85 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Francisco de Jesus Lima - Promotor de Justiça/PI  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou improcedente Revisão de Processo Disciplinar.  
Relator(a): Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Piauí
- 78) Processo: 0.00.000.000741/2012-32 (Embargos de Declaração)  
Embargantes: Membro do Ministério Público Militar  
Marcelo Weitzel Rabello de Souza - Procurador-Geral de Justiça Militar  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente Processo Disciplinar contra membro do Ministério Público Militar.  
Relator(a): Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Origem: Distrito Federal
- 79) Processo: 0.00.000.000886/2012-33 (Recurso Interno)  
Recorrente: Antiógenes Marques de Lira - Corregedor-Geral do Estado de Alagoas  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Alagoas  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Pedido de Avocação de Procedimento Administrativo Disciplinar.  
Relator(a): Cons. Alexandre Berzosa Saliba  
Origem: Distrito Federal
- 80) Processo: 0.00.000.000896/2012-79 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerente: Sócrates de Souza - Procurador de Justiça do Estado do Espírito Santo  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Assunto: Requer a suspensão dos efeitos da decisão proclamada pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Espírito Santo, nos autos do Recurso Administrativo MPES nº 18626/2012, interposto nos autos do Processo MPES nº 40501/2010. Pedido de Liminar.  
Relator(a): Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Espírito Santo
- 81) Processo: 0.00.000.000988/2012-59 (Recurso Interno)  
Recorrente: Rogério Augusto de Barros Gonçalves  
Recorrido: Ministério Público da União  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo.  
Relator(a): Jeferson Luiz Pereira Coelho  
Origem: Rio de Janeiro
- 82) Processo: 0.00.000.001152/2012-71 (Pedido de Providências)  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Assunto: Requer providências por parte do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em relação ao número reduzido de Promotores de Justiça na Comarca de Barra do Pirai, o qual está dificultando a abertura de ações judiciais a partir dos inquéritos encaminhados a Promotoria daquela comarca.  
Relator(a): Cons. Alexandre Berzosa Saliba  
Origem: Rio de Janeiro
- 83) Processo: 0.00.000.001210/2012-67 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerentes: Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul - AMPRS  
Rafael de Cás Maffini  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
- Assunto: Requer a percepção retroativa, com a incidência da devida correção monetária e juros moratórios, em favor de seus associados, das diferenças entre seus vencimentos já adimplidos e o valor que resultaria da percepção do limite mínimo constitucional no patamar de 90% do subsídio do Ministro do Superior Tribunal de Justiça referente ao cargo de Procurador de Justiça, observado o escalonamento de 10% entre as entrâncias, desde 1º de janeiro de 2005 até 28 de fevereiro de 2009.  
Relator(a): Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Rio Grande do Sul
- 84) Processo: 0.00.000.001218/2012-23 (Pedido de Providências)  
Requerente: José Reinaldo Leão Coelho - Promotor de Justiça/PI  
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
Assunto: Requer que este Conselho adote as medidas cabíveis para sanar a falta de apoio técnico, de modo viabilizar a realização, a contento, das competências vinculadas a 25ª Promotoria de Justiça de Teresina/PI.  
Relator(a): Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Piauí
- 85) Processo: 0.00.000.001228/2012-69 (Pedido de Providências)  
Requerentes: Lidice Meireles Pocolin  
Sarah Land da Silva  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Assunto: Requer providências em relação a servidores anistiados pela Lei nº 8878/94, lotados na Procuradoria Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, para que tenham os mesmos direitos, garantias e tratamento igualitário aos demais servidores daquela unidade ministerial.  
Relator(a): Cons. Alexandre Berzosa Saliba  
Origem: Rio de Janeiro
- 86) Processo: 0.00.000.001301/2012-01 (Recurso Interno)  
Recorrente: Antônio Alexandre da Silva - Promotor de Justiça/MT  
Advogado: Odete Moreira Duarte - OAB/MT 9.503  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.  
Relator(a): Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Mato Grosso
- 87) Processo: 0.00.000.001322/2012-18 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerente: Marcelo Batlouni Mendroni - Promotor de Justiça/SP  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Assunto: Requer que seja reformada a decisão proferida pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, que indeferiu o pedido de pagamento de gratificação ou diárias ou anotação, para compensação pelo exercício de prestação de serviços a Grupo Especial instituído no âmbito da própria Procuradoria Geral daquele Estado.  
Relator(a): Cons. Alexandre Berzosa Saliba  
Origem: São Paulo
- 88) Processo: 0.00.000.001391/2012-21 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerente: José Luciano de Almeida Jaco - Procurador de Justiça/CE  
Advogado: José Francisco Ferreira Reboças - OAB/CE nº 4.697  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Assunto: Requer que seja afastada a decisão da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará, exarada no Processo nº 07680/2012-5, acerca do pagamento da denominada "Parcela Autônoma de Equivalência", bem como o imediato pagamento das importâncias devidas, a partir da data do início do pagamento, aos demais membros do Ministério Público Cearense.  
Relator(a): Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Ceará
- 89) Processo: 0.00.000.001523/2012-15 (Recurso Interno)  
Recorrente: Sindicato dos Técnicos em Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado de Minas Gerais - SINFATZ  
Advogados: Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro - OAB/DF nº 25.341  
Flávia Cardoso Campos Guth - OAB/DF nº 20.487  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Assunto: Recurso interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo.  
Relator(a): Cons. Alexandre Berzosa Saliba  
Origem: Minas Gerais
- 90) Processo: 0.00.000.000032/2013-38 (Revisão de Processo Disciplinar)  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Assunto: Pedido de Revisão da Sindicância nº 08130003926/2011, que tramitou no âmbito da Corregedoria Geral do Ministério Público do Trabalho.  
Relator(a): Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Distrito Federal
- 91) Processo: 0.00.000.000341/2013-16 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerente: Luiz Felipe Paz de Almeida  
Interessado: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Assunto: Requer a abstenção por parte do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte em nomear, para o exercício de cargo em comissão, qualquer agente que não seja do quadro de carreira da referida unidade ministerial, bem como a suspensão de todos os processos seletivos simplificados para provimento de cargos comissionados.  
Relator(a): Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Rio Grande do Norte
- 92) Processo: 0.00.000.000352/2013-98 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerentes: Emerson Luís Né da Silva  
Larissa da Silva Brito  
Rafael dos Santos Flexa  
Ruy Campos Cardoso Júnior  
Willami de Souza da Silva  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Assunto: Requer a verificação de irregularidades quanto ao provimento de cargos de Analista Ministerial por servidores comissionados e cedidos no âmbito Ministério Público do Estado do Amapá, em detrimento dos candidatos aprovados em concurso público para provimento do referido cargo.  
Relator(a): Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Amapá



- 93) Processo: 0.00.000.000381/2013-50 (Procedimento de Controle Administrativo)  
 Requerente: Rodrigo Sousa de Albuquerque - Procurador de Justiça/MG  
 Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
 Assunto: Requer a suspensão e posterior desconstituição de ato do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, que concedeu licença a membro do *Parquet*, em caráter especial, para exercício de cargo de Subsecretário de Promoção de Qualidade e Integração do Sistema de Defesa Social. Pedido de liminar.  
 Relator(a): Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
 Origem: Minas Gerais
- 94) Processo: 0.00.000.000464/2013-49 (Revisão de Processo Disciplinar)  
 Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
 Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
 Assunto: Pedido de Revisão do Procedimento Administrativo Disciplinar nº 002/2011, que tramitou no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí.  
 Relator(a): Cons. Jarbas Soares Júnior  
 Origem: Distrito Federal
- 95) Processo: 0.00.000.000516/2013-87 (Procedimento de Controle Administrativo)  
 Requerente: Sarah Lemos Silva  
 Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
 Assunto: Requer a anulação de ato da comissão do concurso para provimento de cargos de Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Pernambuco, que indeferiu a inscrição definitiva de candidata pela não comprovação do tempo de atividade jurídica. Pedido de liminar.  
 Relator(a): Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
 Origem: Pernambuco
- 96) Processo: 0.00.000.000548/2013-82 (Revisão de Processo Disciplinar)  
 Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
 Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
 Assunto: Pedido de Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 014/2011, que tramitou no âmbito do Ministério Público do Estado de Pernambuco.  
 Relator(a): Cons. Luiz Moreira Gomes Junior  
 Origem: Distrito Federal
- 97) Processo: 0.00.000.000562/2013-86 (Procedimento de Controle Administrativo)  
 Requerente: Ricardo Araujo Cozer - Procurador do Trabalho  
 Requerido: Ministério Público do Trabalho  
 Assunto: Requer a suspensão do Pedido de Providências nº 2.00.000.007408/2013-24, que tramita no âmbito da Corregedoria Geral do Ministério Público do Trabalho, bem como que seja determinado ao Corregedor-Geral, que se abstenha de exigir motivação para declaração de suspeição por foro íntimo e se abstenha de aplicar sanções disciplinares em razão do mencionado Pedido de Providências. Pedido de liminar.  
 Relator(a): Cons. Leonardo de Farias Duarte  
 Origem: Distrito Federal
- 98) Processo: 0.00.000.000597/2013-15 (Procedimento de Controle Administrativo)  
 Requerente: Wagner de Magalhães Carvalho - Promotor de Justiça/GO  
 Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
 Assunto: Requer a suspensão dos efeitos da Resolução nº 11/2011, editada pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Estado de Goiás, que alterou as atribuições da 6ª Promotoria de Justiça de Formosa/GO. Pedido de liminar.  
 Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
 Origem: Goiás
- 99) Processo: 0.00.000.000615/2013-69 (Pedido de Providências)  
 Requerente: Expedito Costa Júnior - Juiz de Direito/PI  
 Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
 Assunto: Requer providências em relação à ausência de membro do *Parquet* para atuar na Promotoria de Justiça da Comarca de Bocaina/PI.  
 Relator(a): Cons. Luiz Moreira Gomes Junior  
 Origem: Piauí
- 100) Processo: 0.00.000.000622/2013-61 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)  
 Requerente: Expedito Costa Júnior - Juiz de Direito/PI  
 Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
 Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado do Piauí, em dar andamento a diversos processos com vista ao representante da mencionada unidade ministerial, na Comarca de Bocaina/PI.  
 Relator(a): Cons. Luiz Moreira Gomes Junior  
 Origem: Piauí
- 101) Processo: 0.00.000.000782/2013-18 (Procedimento de Controle Administrativo)  
 Requerente: Sigiloso  
 Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
 Assunto: Requer providências em relação ao desvio de função ocorrido no Ministério Público do Estado de Minas Gerais, no qual Oficiais da referida unidade ministerial estão exercendo as atribuições dos Analistas em Letras/Revisores.  
 Relator(a): Cons. Walter de Agra Júnior  
 Origem: Minas Gerais
- 102) Processo: 0.00.000.000842/2013-94 (Embargos de Declaração)  
 Embargante: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
 Advogados: Leonardo Militão Abrantes - OAB/MG n.º 77.154  
 Mara Pires Pena - OAB/MG n.º 102.931  
 Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou improcedente Procedimento de Controle Administrativo.  
 Relator(a): Cons. Alexandre Berzosa Saliba  
 Origem: Minas Gerais
- 103) Processo: 0.00.000.000856/2013-16 (Pedido de Providências)  
 Requerente: Expedito Costa Júnior - Juiz de Direito/PI  
 Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
 Assunto: Requer providências em relação à ausência de membro do *Parquet* para atuar na Promotoria de Justiça da Comarca de Bocaina/PI.  
 Relator(a): Cons. Luiz Moreira Gomes Junior  
 Origem: Piauí
- 104) Processo: 0.00.000.000911/2013-60 (Avocação)  
 Requerente: Suvamy Vivekananda Meireles - Corregedor-Geral do MP/MA  
 Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
 Assunto: Pedido de avocação dos Processos nº 760AD/2011, 3129AD/2012, 3642AD/2012, 02/2013, 8697AD/2012, 8842AD/2012, 05/2012-CGMP, 2780AD/2013, 2870AD/2013, 3054AD/2013, 3056AD/2013, 3406AD/2013, 3623AD/2013, 3788AD/2013, 3923AD/2013 e 4600AD/2013, em tramitação na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão.  
 Relator(a): Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
 Origem: Maranhão
- 105) Processo: 0.00.000.000915/2013-48 (Pedido de Providências)  
 Requerentes: Djailson Martins Rocha - Procurador do Trabalho  
 José Manoel Machado - Procurador do Trabalho  
 José Pedro dos Reis - Procurador do Trabalho  
 Requerido: Ministério Público do Trabalho  
 Assunto: Requer providências quanto aos atos administrativos editados pela Procuradoria Geral do Trabalho, nos procedimentos administrativos nº 08130.004307/2006, 08130.00174/2005 e 08130.002095/2005, os quais estão desconformes com decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal.  
 Relator(a): Cons. Luiz Moreira Gomes Junior  
 Origem: Espírito Santo
- 106) Processo: 0.00.000.000946/2013-07 (Pedido de Providências)  
 Requerente: Raimundo Costa Coelho e Filho - Defensor Público-Chefe Federal em Sergipe  
 Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Sergipe  
 Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe  
 Assunto: Requer providências quanto ao arquivamento determinado pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe, em processo de apuração de condutas irregulares praticadas por Conselheiro do Tribunal de Contas do mencionado Estado.  
 Relator(a): Cons. Luiz Moreira Gomes Junior  
 Origem: Sergipe
- 107) Processo: 0.00.000.000976/2013-13 (Procedimento de Controle Administrativo)  
 Requerente: Rafael Alves de Matos  
 Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins  
 Assunto: Requer a suspensão do concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado de Tocantins, bem como a anulação da fase objetiva do referido certame, com a convocação dos candidatos inscritos para a reaplicação das provas, nos termos do Edital de abertura. Pedido de liminar.  
 Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
 Origem: Tocantins
- 108) Processo: 0.00.000.001013/2013-29 (Pedido de Providências)  
 Requerente: Andrea Padilha Sodré Leal Palmarella - Juíza de Direito  
 Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
 Assunto: Requer providências junto ao Ministério Público do Estado da Bahia, quanto a ausência de Promotor na Comarca de Brejões/BA.  
 Relator(a): Cons. Esdras Dantas de Souza  
 Origem: Bahia
- 109) Processo: 0.00.000.001016/2013-62 (Procedimento de Controle Administrativo)  
 Requerente: Marcos Rodrigues de Sousa Junior  
 Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público  
 Assunto: Requer o controle, junto à Administração deste Conselho Nacional, quanto a negativa de pedido de remoção de servidor, o qual possui dependente com problemas de saúde, bem como quanto ao não encaminhamento do mencionado dependente a perícia médica oficial.  
 Relator(a): Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
 Origem: Distrito Federal
- 110) Processo: 0.00.000.001028/2013-97 (Procedimento de Controle Administrativo)  
 Requerente: Edmar Azevedo Monteiro Filho/Procurador de Justiça  
 Requerido: Ministério Público do Estado do Acre  
 Assunto: Requer a revisão da decisão proferida pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Acre, no Processo nº 52/2012, bem como o reconhecimento da nulidade do Ato nº 46/2010, o qual regulamentou a concessão de diárias no âmbito do Ministério Público do mencionado Estado.  
 Relator(a): Cons. Luiz Moreira Gomes Junior  
 Origem: Acre
- 111) Processo: 0.00.000.001053/2013-71 (Procedimento de Controle Administrativo)  
 Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
 Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
 Assunto: Requer o controle da decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Ceará, de prorrogar o estágio probatório de membro na mencionada unidade ministerial, em mais um ano, a qual supostamente está em desacordo com a Constituição Federal e a Lei Orgânica do MP/CE.  
 Relator(a): Cons. Esdras Dantas de Souza  
 Origem: Distrito Federal
- 112) Processo: 0.00.000.001082/2013-32 (Pedido de Providências)  
 Requerente: Aleandro Pereira Noleto  
 Assunto: Requer providências quanto a cobranças feitas a servidor deste Conselho, por uso de internet móvel, bem como apuração de irregularidades em relação a inobservância da Portaria CNMP nº 88/2010, que regulamenta a utilização, manutenção e controle do sistema de telefonia fixa e móvel no âmbito do CNMP.  
 Relator(a): Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
 Origem: Distrito Federal
- 113) Processo: 0.00.000.001103/2013-10 (Procedimento de Controle Administrativo)  
 Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará - SISEMPPA  
 Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
 Assunto: Requer a sustação dos efeitos da Portaria nº 4204/2013-MP/PJ, expedida pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará, a fim de evitar cerceamento de direitos trabalhistas dos servidores do Ministério Público do mencionado Estado e ratificar a separação dos Poderes. Pedido de liminar.  
 Relator(a): Cons. Luiz Moreira Gomes Junior  
 Origem: Pará
- 114) Processo: 0.00.000.001109/2013-97 (Procedimento de Controle Administrativo)  
 Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará - SISEMPPA  
 Interessado: Idarlene Corrêa dos Prazeres - Presidente do SISEMPPA  
 Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
 Assunto: Requer providências quanto às decisões de indeferimento de concessão de licença para desempenho de mandato classista aos diretores do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará. Pedido de liminar.  
 Relator(a): Cons. Leonardo de Farias Duarte  
 Origem: Pará
- 115) Processo: 0.00.000.001136/2013-60 (Procedimento de Controle Administrativo)  
 Requerente: Adélio Mendes dos Santos - Corregedor-Geral do MP/PA  
 Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
 Assunto: Requer o controle quanto à decisão do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Pará, nos autos do Processo nº 012/13/MP/CPJ, que promoveu o recurso interposto por membro do mencionado *Parquet* contra a decisão do Conselho Superior. Pedido de liminar.  
 Relator(a): Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
 Origem: Pará
- 116) Processo: 0.00.000.001166/2013-76 (Processo Administrativo Disciplinar)  
 Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
 Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba

- Assunto: Submissão ao Plenário da decisão do Corregedor Nacional do Ministério Público, de instauração de Processo Administrativo Disciplinar, em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Paraíba, nos termos do artigo 77, IV, § 1º e artigo 89, §2º, do Regimento Interno do CNMP.
- Relator(a): Cons. Alessandro Tramuja Assad  
Origem: Distrito Federal
- 117) Processo: 0.00.000.001203/2013-46 (Consulta)  
Requerente: Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado - PGJ/CE  
Assunto: Consulta apresentada a este Conselho Nacional pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará, com a finalidade de elucidar quanto à aplicação, subsidiariamente, do art. 220, § 3º, da Lei Complementar nº 75/93 c/c artigo 80, da Lei nº 8.625/93, e ainda sobre os procedimentos devidos quando da conversão de um terço (1/3) das férias em pecúnia.  
Relator(a): Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Ceará
- 118) Processo: 0.00.000.001275/2013-93 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerente: Eugênio José Guilherme de Aragão - Corregedor-Geral do MPF  
Requerido: Conselho Superior do Ministério Público Federal  
Assunto: Requer a desconstituição da decisão anulatória proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal, nos autos do processo CSMFP nº 1.00.002.009155/2012-88.  
Relator(a): Cons. Leonardo de Farias Duarte  
Origem: Distrito Federal
- 119) Processo: 0.00.000.001291/2013-86 (Procedimento de Controle Administrativo)  
Requerente: Associação Paulista do Ministério Público  
Advogados: Débora Cunha Rodrigues - OAB/SP nº 316.117  
Igor Sant' Anna Tamassauskas - OAB/SP nº 173.163  
Renato Ferreira Moura Franco - OAB/DF nº 35.464  
Interessado: José Oswaldo Molinero - Presidente da Associação Paulista do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Assunto: Visa desconstituir o ato praticado pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, o qual indeferiu o pedido de pagamento de auxílio-alimentação a membros do Ministério Público do mencionado Estado, afastados por mandato em associação de classe, nos termos do parecer exarado pela Assessoria Jurídica nos autos nº 136.294/12-MP. Pedido de Liminar.  
Relator(a): Cons. Leonardo de Farias Duarte  
Origem: São Paulo
- 120) Processo: 0.00.000.001293/2013-75 (Consulta)  
Requerente: Maria Creuza Brito de Figueiredo - Corregedora-Geral do Estado de Sergipe, em substituição  
Assunto: Consulta da Corregedoria Geral do Estado de Sergipe, acerca da correta aplicação do art. 3º, § 3º, da Resolução CNMP nº 95/2013, em caso de Ouvidor que exerce, simultaneamente, as funções daquele cargo e do de membro de Conselho Superior do Ministério Público, ambos por eleições distintas ocorridas antes da vigência da referida Resolução.  
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia  
Origem: Sergipe

- 121) Processo: 0.00.000.001345/2013-11 (Proposição)  
Proponente: Conselheiro Alexandre Berzosa Saliba  
Assunto: Proposta de Resolução que altera o artigo 17, da Resolução nº 14/2006, para possibilitar que a prova preambular de concurso de ingresso na carreira do Ministério Público brasileiro possa ser realizada também na modalidade discursiva.  
Relator(a): Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Origem: Distrito Federal

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

Presidente do Conselho

**PLENÁRIO****ACÓRDÃO DE 23 DE SETEMBRO DE 2013**

PROCESSO: RPD Nº 0.00.000.001353/2012-79  
RELATOR: Conselheiro Antônio Duarte  
REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Amazonas  
EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM REVISÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR. CONDENAÇÃO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA À PENALIDADE DE SUSPENSÃO, POR 90 (NOVENTA) DIAS. EMBARGOS OPOSTOS PELO PGJ/AM, ACERCA DA SUSPENSÃO DOS SUBSÍDIOS DO PROCESSADO, DURANTE O PERÍODO DA PENALIDADE. PROVIMENTO. EMBARGOS OPOSTOS PELO PROCESSADO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO INEXISTENTES. NULIDADES PRECLUSAS OU NÃO CONFIGURADAS. REDISCUSSÃO DA CAUSA EM SEDE DE EMBARGOS. INADMISSIBILIDADE. NÃO PROVIMENTO.

1. Embargos de declaração opostos tanto pelo MP/AM quanto pelo promotor de Justiça processado.
2. Embargos do procurador-geral de Justiça do Amazonas providos para suprir a omissão do acórdão, de modo a constar, expressamente, que a penalidade de suspensão importa a sustação do pagamento dos subsídios do apenado pelo período correspondente.
3. Embargos do promotor de Justiça processado. Omissão e obscuridade inexistentes. Nulidades preclusas ou não configuradas. Pretendida rediscussão da causa, sobretudo quanto ao mérito da revisão, devidamente analisada pelo acórdão embargado. Inadequação da via eleita para o referido escopo. Precedentes.

**ACÓRDÃO**

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em negar provimento aos embargos de declaração opostos pelo promotor de Justiça processado e em prover os embargos opostos pelo procurador-geral de Justiça do Estado do Amazonas, determinando-se o imediato trânsito em julgado e o cumprimento da decisão colegiada.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE

Relator

**Ministério Público da União****MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO  
DA 1ª REGIÃO****PORTARIA Nº 177, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013**

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Procedimento Preparatório nº 00063.2011.01.006/6-604, instaurado com a finalidade de apurar irregularidades atinentes à Fraude à Relação de Emprego;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 00063.2011.01.006/6-604 em face de CLÍNICA SÃO GONÇALO LTDA (HOSPITAL DE CLÍNICAS SÃO GONÇALO), inscrita no CNPJ sob o nº 31.671.480/0001-46, localizada na Rua Cel. Moreira César, nº 138, Centro, São Gonçalo/RJ e MEDY SISTEM SG SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.733.911/0001-30, localizada na Rua Cel. Moreira César, nº 105, Centro, São Gonçalo/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora Letícia Galery Teixeira Baltazar.

MAURÍCIO GUIMARÃES DE CAVALHO

**PORTARIA Nº 178, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013**

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Procedimento Preparatório nº 00124.2011.01.006/3-604, instaurado com a finalidade de apurar irregularidades atinentes à Fraude Trabalhista;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e indi-

viduais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 00124.2011.01.006/3-604 em face de RICARDO RODRIGUES E MARENIZIA B S RODRIGUES CONSULTÓRIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 29.366.549/0001-86, localizada na Avenida Almirante Ary Parreiras, 712, Niterói/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora Letícia Galery Teixeira Baltazar.

MAURÍCIO GUIMARÃES DE CAVALHO

**PORTARIA Nº 179, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013**

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Procedimento Preparatório nº 00466.2011.01.006/0-604, instaurado com a finalidade de apurar irregularidades atinentes à CTPS e Registro de Empregados;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 00466.2011.01.006/0-604 em face de ZEUS ACADEMIA DO CORPO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.479.033/0001-45, localizada na Avenida José Manna Junior, Lote 21, Trindade, São Gonçalo/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora Letícia Galery Teixeira Baltazar.

MAURÍCIO GUIMARÃES DE CAVALHO

**PORTARIA Nº 181, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013**

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Procedimento Preparatório nº 00059.2012.01.006/5-604, instaurado com a finalidade de apurar irregularidades atinentes à Meio Ambiente do Trabalho, Fraudes Trabalhistas, CTPS e Registro de Empregados, Remuneração e Benefícios;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 00059.2012.01.006/5-604 em face de DARIL POSTO DE SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 30.065.650/0001-86, localizada na Alameda São Boaventura, nº 254, Fonseca, Niterói/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora Letícia Galery Teixeira Baltazar.

MAURÍCIO GUIMARÃES DE CAVALHO

**PORTARIA Nº 182, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013**

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Notícia de Fato nº 00532.2013.01.006/6-604, instaurado com a finalidade de apurar irregularidades atinentes à Ausência de controle de ponto; Excesso de jornada sem o corresponde pagamento de horas extraordinárias; Não concessão de intervalo intrajornada; O salário consignado no recibo não é o efetivamente percebido pelos empregados; Pagamento de valor fixo de R\$ 30,00 (trinta reais) por cada dia feriado trabalhado

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 00532.2013.01.006/6-604 em face de LGE COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP (MERCEARIA PÉROLA DE SÃO FRANCISCO), inscrita no CNPJ sob o nº 11.032.392/0001-97, localizada na Avenida Ruy Barbosa, nº 325, Loja 101e 102, São Francisco, Niterói/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora Letícia Galery Teixeira Baltazar.

MAURÍCIO GUIMARÃES DE CAVALHO